Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Artigo original • Acesso aberto

“Uma advertência aos cristãos”: a Ação Católica Rural e a construção de uma formação política no campo (1970-1982)

“A warning to christians”: the Rural Catholic Action and the construction of a political formation in the countryside (1970-1982)

Felipe de Lima França

Resumo
Este artigo analisa a atuação da Ação Católica Rural (ACR) no Nordeste brasileiro entre 1970 e 1982, tomando seu periódico, Grito no Nordeste, como objeto central. O estudo sustenta que o jornal funcionou como uma agência de notícias e um centro de análise política alternativa, filtrando os acontecimentos complexos do país e do mundo através de uma lente teológico-política. A análise, amparada metodologicamente nos estudos de imprensa e no conceito de “táticas” de Michel de Certeau, percorre a trajetória do periódico em cinco seções. O texto demonstra o processo que inicia com a educação para o voto consciente e a crítica estrutural ao latifúndio, passando pela formação de uma consciência política fundada na fé, até chegar no período da transição democrática, articulando a luta local com conflitos internacionais. As considerações finais apontam que o Grito foi uma ferramenta fundamental de História Pública em ação, ativa na construção de uma cultura política de resistência no campo. Ao fornecer aos trabalhadores rurais as chaves para uma leitura crítica do mundo, o movimento forjou uma identidade coletiva libertadora.
Palavras-chave: Ação Católica Rural (ACR). Ditadura militar. História pública. Campo.

Abstract
This article analyzes the performance of the Rural Catholic Action (ACR) in the Brazilian Northeast between 1970 and 1982, taking its periodical, Grito no Nordeste, as its central object. The study argues that the newspaper functioned as a news agency and an alternative political analysis center, filtering complex national and international events through a theological-political lens. The analysis, methodologically supported by press studies and Michel de Certeau's concept of "tactics," traces the trajectory of the periodical through five sections. The text demonstrates its evolution from education for conscious voting and structural criticism of the *latifundio*, through the formation of a political consciousness based on faith, to the period of the democratic transition, linking the local struggle to international conflicts. The conclusion indicates that O Grito was a fundamental tool of Public History in action, actively engaged in building a resistant political culture in the countryside. By providing rural workers with the keys to a critical reading of the world, the movement forged a liberating collective identity.
Keywords: Rural Catholic Action. Military dictatorship. Public history. Countryside.

Citação sugerida
FRANÇA, Felipe de Lima. “Uma advertência aos cristãos”: a Ação Católica Rural e a construção de uma formação política no campo (1970-1982). Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-20, e026015, jan./dez. 2026.

DOI: https://doi.org/10.36920/nr39mt87

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Submissão:
21 fev. 2026

Aceite:
24 mar. 2026

Publicação:
12 ago. 2026

Introdução

As relações entre história e sociedade, longe de se restringirem aos espaços acadêmicos, são cruciais na formação das identidades e nas dinâmicas de poder. No Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980, esse processo se desenrolou sob um regime autoritário, que buscou controlar as narrativas e a memória nacional. Como demonstra a historiografia que analisa o período em sua duração, a ditadura civil-militar (1964-1985) foi um processo complexo, cujos impactos se estenderam até a Constituição de 1988, conforme analisa Daniel Aarão Reis em Ditadura e democracia no Brasil (Reis, 2014).

Nesse contexto de cerceamento, emergiram como atores fundamentais na formação de uma cultura política alternativa os setores da Igreja Católica alinhados ao chamado progressismo católico. Entende-se aqui por progressismo a corrente eclesial que, inspirada pelo aggiornamento do Concílio Vaticano II (1962-1965) e consolidada na Conferência de Medellín (1968), promoveu uma leitura social do Evangelho, aproximou a instituição das lutas populares e passou a conceber a fé como indissociável do compromisso com a justiça social e a transformação das estruturas de opressão.

Para a análise dessa experiência, se toma o conceito de cultura política tal como definido por Rodrigo Motta, para quem ela se constitui de "atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político" (1996. p. 83-91), uma abordagem também explorada por Serge Berstein na tradição da história política francesa (1998). A fim de compreender a especificidade do caso em análise, no qual essas atitudes e crenças são profundamente marcadas pela fé, dialogamos ainda com as reflexões de Aline Coutrot sobre as relações entre religião e política (2003).

Esse complexo período de renovação na Igreja do Brasil é descrito por José Beozzo em A Igreja do Brasil: do Concílio Vaticano II à Conferência de Medellín (1994). Tal cenário, contudo, não foi homogêneo, pois como demonstram Scott Mainwaring, em A Igreja Católica e a política no Brasil (1989), e Kenneth Serbin, em Diálogos na sombra (2001), a atuação da Igreja neste período foi complexa e multifacetada, incluindo desde setores de acomodação até a resistência aberta ao regime.

No Nordeste brasileiro, esse engajamento assumiu contornos próprios, analisados por Severino Silva (2014) em Entre o Tibre e o Capibaribe: Os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife, nos quais as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e movimentos como a Ação Católica Rural (ACR) atuaram como vetores decisivos de uma leitura crítica da realidade.

Este artigo investiga a atuação da ACR no Nordeste, entre 1970 e 1982, por meio de sua própria rede de comunicação, o jornal Grito no Nordeste, publicado pela ACR entre 1967 e 2008, com periodicidade predominantemente trimestral. Alcançando cerca de 10 mil assinaturas em meados da década de

1970, o jornal circulava entre assinantes de todos os estados brasileiros e também de outros países, tendo como público-alvo preferencial trabalhadores e trabalhadoras rurais, militantes e agentes pastorais (Catálogo NUDOC, 2025, p. 9-10). Impresso em mimeógrafo a álcool, recurso comum à imprensa alternativa da época (Silva, 2012, p. 165), o periódico contava com uma equipe de colaboradores leigos e, fundamentalmente, com a participação ativa de seus leitores, que enviavam cartas publicadas em seções como "Os amigos escrevem", transformando o jornal em um espaço dialógico de formação e resistência (Catálogo NUDOC, 2025, p. 13).

Parte-se do princípio de que a ACR não empreendeu uma resistência frontal ao regime, mas operou por meio do que Michel de Certeau, em A invenção do cotidiano, denominou "artes do fazer", ou seja, um conjunto de táticas astutas e criativas empregadas no cotidiano para furar o cerco das estratégias de poder. Consideram-se essas táticas não como um sistema coerente e sem fissuras, mas como práticas situadas, sujeitas a contradições e paradoxos inerentes à atuação de um movimento católico atuando sob uma ditadura (1998, p. 99-102).

A produção e a circulação do Grito no Nordeste configuram-se, assim, como a tática primordial desse movimento, um veículo que, ao selecionar, interpretar e comentar os fatos, disputava publicamente o sentido do presente e do passado, contribuindo para a construção de uma esfera e a formação de uma cultura política específica entre os trabalhadores rurais.

Para decifrar essa prática, o Grito no Nordeste é enquadrado no universo da imprensa de movimentos sociais e de resistência, conforme classificação proposta por Tânia Regina de Luca em História dos, nos e por meio dos periódicos, na qual a autora analisa os periódicos como instrumentos de politização e intervenção social (Luca, 2005. p. 119). Esta perspectiva permite compreendê-lo não como um jornal religioso, mas como um veículo de contra-informação e formação política.

A análise do periódico, enquanto artefato cultural que constrói sentidos, é metodologicamente amparada pelo esquema analítico de José d'Assunção Barros, exposto em Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica, que destaca seu caráter de “meio de comunicação” que busca agir sobre a sociedade por meio de ideias e valores (Barros, 2023, p. 402).

Argumenta-se que o Grito no Nordeste funcionou como uma agência de notícias e um centro de análise política alternativa, que filtrava os acontecimentos complexos do país e do mundo por meio de uma lente teológico-política, de modo a torná-los compreensíveis e acessíveis para o trabalhador rural. Nesse processo, atuou como um agente ativo na construção de uma cultura política de resistência, forjando um repertório de ideias, símbolos e práticas que orientavam a ação coletiva no campo. O artigo está organizado em cinco seções que demonstram a evolução desse projeto.

A primeira seção analisa a gênese do projeto, com foco na educação para o voto em 1970. A segunda examina a crítica estrutural à questão agrária e ao desenvolvimentismo entre 1971 e 1973. A terceira detém-se no período de 1974 a 1978, quando se observa um deslocamento do foco do jornal para o projeto explícito de formação de uma consciência política ancorada na fé, sem que isso signifique o abandono das críticas anteriores, mas, sim, um aprofundamento na constituição do sujeito político. A quarta seção aborda a denúncia da violência de Estado e a crítica à transição, em 1979. Por fim, a quinta seção analisa 1982, quando o jornal decifra a cena política nacional e articula a luta local com os conflitos internacionais, como os de El Salvador e da Polônia. Ao percorrer essa trajetória, demonstra-se como as táticas cotidianas de interpretação do presente, forjadas pela ACR, foram fundamentais para a construção de uma cultura política específica, de caráter resistente e libertador, no campo nordestino.

A gênese do projeto Educar Para o Voto (1970)

O ano de 1970 aprofundava os contornos mais repressivos do regime militar brasileiro, vigente desde 1964. O Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 1968, consolidava um estado de exceção permanente, cerceando liberdades civis e intensificando a censura. Foi neste contexto de fechamento autoritário que a ACR lançou, em seu jornal Grito no Nordeste, uma investida na formação política camponesa.

A seção intitulada "Tempo de Eleições" é introduzida, de forma reveladora, pelo subtítulo "Advertência aos cristãos" (Grito, n. 15, 1970, p. 12). Essa escolha lexical não é casual, pois define o tom e o propósito do texto. Longe de se tratar de um simples comentário conjuntural, o artigo configura-se como um alerta e uma diretriz ética dirigida à comunidade de fé. Ele realiza a operação fundante do projeto da ACR de ressignificar o ato de votar, transformando-o de um mero ritual cívico em um imperativo moral central para a consciência cristã do homem do campo.

Sua natureza de "advertência" posiciona imediatamente o Grito no Nordeste dentro do espectro da imprensa alternativa. Como veículo vinculado a um movimento social, o periódico operava prioritariamente como uma agência de contra-informação e formação. Seu objetivo não era informar de modo imparcial, mas fornecer chaves de leitura crítica da realidade.

O uso desse termo pelo boletim da ACR é um indicativo claro de seu alinhamento a essa prática. O jornal não relata, mas adverte, orienta e previne sua comunidade sobre os perigos e as armadilhas do processo político, posicionando-se como uma referência moral em tempos de cerceamento político. Esta prática de mediação da informação complexa era parte de um meticuloso trabalho de base, que Maria Gabriela Vieira de Souza, em sua dissertação Fermento da massa: formação da militância da Ação Católica Rural

nos primeiros anos de fundação (1965-1968), identifica como um processo fundamental de "formação da militância", no qual a leitura e o debate de textos em grupos eram ferramentas centrais para o que a autora denomina "fermento da massa" (Souza, 2023, p. 120).

O cerne deste alerta é uma operação discursiva profunda, pois a transmutação do voto de um direito formal concedido pelo Estado se torna em uma responsabilidade moral inerente à condição de fé. A frase que sintetiza este movimento é taxativa: "Dia 15 de Novembro é a data em que o cristão deve assumir sua responsabilidade perante as eleições, quer vote ou não". A escolha lexical indica que, ao utilizar o termo "cristão", e não "cidadão", a ACR desloca a obrigação política do terreno secular/laico da nação para o terreno sagrado da comunidade de fé.

Igualmente significativa é a equiparação entre o ato de votar e o de não votar Ambas as opções demandam uma justificativa moral, uma decisão consciente. Dessa forma, a intervenção da ACR retira o camponês de uma posição de passividade, na qual seu voto era uma moeda de troca ou uma imposição, e o coloca na posição de um agente moral autônomo, cuja consciência, iluminada pela fé, constitui a instância máxima de deliberação.

O texto, então, se desdobra no conteúdo da advertência como um conjunto de diretrizes destinadas a orientar essa consciência. Por meio de interpelações diretas ao leitor, "Como votar...?", "É preciso...", "Precisamos...", constrói-se um decálogo político básico. Seu objetivo último deve ser a fraternidade e o bem comum; deve visar à construção de um mundo "mais organizado, cristão e democrático", uma tríade em que o valor religioso aparece como fundamento. Deve resultar de uma escolha deliberada e coletiva, "escolher nosso candidato", em oposição à imposição vertical, e priorizar a capacidade técnica e o compromisso com o município. Por fim, seu critério fundamental deve ser a defesa intransigente das necessidades do mundo rural, culminando na utopia de um "mundo mais cristão e mais independente!". A política partidária é, portanto, eticamente validada apenas quando coloca os anseios dos oprimidos no centro da agenda.

À luz da metodologia do enquadramento discursivo, pode-se ler essa intervenção editorial não como um espelho transparente da realidade, mas como uma construção discursiva que realiza escolhas precisas. O periódico seleciona o tema eleitoral como relevante, hierarquiza a responsabilidade cristã como valor supremo e enquadra a política em um quadro moral específico. Essa prática de enquadramento é, ela própria, um ato de História Pública, pois propõe e divulga uma narrativa específica sobre o que é e para que serve a política, disputando o sentido comum imposto pelo regime.

Portanto, esse "destaque inaugural" de 1970 estabelece o Grito no Nordeste como um veículo que desempenha uma tríplice função, atuando simultaneamente como professor de civismo, teólogo político e porta-voz de uma perspectiva ética. Ele traduz princípios da Doutrina Social da Igreja (DSI),

um corpo doutrinário consolidado a partir do final do século XIX, com encíclicas como a Rerum Novarum (1891), de Leão XIII (1878-1903), que buscava oferecer uma resposta católica aos conflitos entre capital e trabalho, em orientações práticas para a urna; sacraliza o ato político mais secular; e alerta sua comunidade para os perigos da alienação política (Igreja Católica, Compêndio da doutrina social da Igreja, 2005).

Este foi o alicerce, lançado em tempos de exceção, sobre o qual a ACR construiria, nos anos seguintes, uma análise política cada vez mais complexa. Como se demonstrará na próxima seção, o movimento logo ampliaria seu alcance, passando da orientação eleitoral para a análise das estruturas de poder e das violências de Estado contra o mundo rural.

A crítica estrutural: a questão agrária e o desenvolvimentismo (1971-1973)

Se a "advertência" eleitoral de 1970 representou o alicerce do projeto político-pedagógico da ACR, os anos subsequentes indicam o aprofundamento de sua análise. No contexto do chamado "Milagre Econômico", período de crescimento acelerado da economia brasileira, acompanhado pelo agravamento da concentração de renda e da repressão política, o Grito no Nordeste aprofundou sua atuação como um centro de contra-informação.

A publicação deixou de se limitar à orientação do voto consciente e passou a decifrar, para o trabalhador rural, os mecanismos de poder que perpetuavam sua condição de opressão. Entre 1971 e 1973, o jornal consolidou-se como um intérprete crítico da realidade, voltando suas lentes para as estruturas fundiárias e para o modelo de desenvolvimento econômico, que identificava como as fontes primordiais da injustiça social no campo. Esta seção analisa como a ACR, atuando simultaneamente como monitora do Estado, comentarista econômica e educadora histórica, construiu uma crítica estrutural, traduzindo debates complexos debates sobre terra e economia para a linguagem e a experiência do homem do campo.

O primeiro movimento dessa estratégia foi transformar o Grito no Nordeste em uma janela para o poder legislativo, mediando o acesso do trabalhador rural a discussões que, embora decisivas para seu destino, ocorriam nos distantes gabinetes de Brasília. A edição de 1971 (n. 18) dedicou espaço central a "O PROBLEMA DA TERRA NA ASSEMBLÉIA FEDERAL", republicando trechos extensos de um discurso do deputado Marcos Freire (Grito, n. 18, 1971, p. 5 - 7).

A simples seleção desse conteúdo era, em si, um ato político. Ao trazer para suas páginas a fala de um parlamentar que defendia a "execução rápida e até compulsória" da reforma agrária, a ACR não apenas informava, mas se posicionava. O jornal apresentava ao seu leitor um aliado dentro do Estado e legitimava a pauta da reforma agrária ao emprestar-lhe a voz de um deputado federal.

O discurso, originalmente publicado no Diário de Pernambuco, era sistematicamente detalhado, citando dados do IBRA sobre a concentração fundiária: "78,5% [das terras] estão nas mãos dos latifundiários..., enquanto os minifúndios... ocupam 18,6% dessa mesma área". A ACR, assim, realizava uma dupla tradução ao tornar acessível a linguagem técnica do parlamento e, ao fazê-lo, educava politicamente sua base, fornecendo dados concretos e argumentos embasados para a luta pela terra.

Essa prática de mediação da informação complexa insere-se na tradição da imprensa alternativa durante a ditadura. O Grito no Nordeste não era um mero reprodutor de notícias; era um filtro ideológico que selecionava, enquadrava e comentava os fatos à luz de seu projeto político-libertador. A publicação do discurso de Marcos Freire foi um exemplo claro dessa prática de enquadramento, por meio da qual o jornal hierarquizava informações para atribuir um sentido específico aos acontecimentos.

Ao dar destaque a essa fala específica, a ACR enquadrava a questão agrária não como um problema técnico, mas como uma urgência política e moral, cuja solução era "inadiável", nas palavras do próprio deputado. Essa mediação entre a informação parlamentar e a base rural constituía uma das facetas do prioritário trabalho de formação de militantes desenvolvido pela ACR, que priorizava a leitura e o debate coletivo como ferramentas de conscientização.

Contudo, a atuação da ACR como "agência de notícias" não se limitava à republicação de conteúdos alinhados à sua causa; estendia-se à crítica detalhada das políticas estatais que, sob o véu do desenvolvimento, reforçavam a exclusão. No mesmo número de 1971, a seção "ESTADO FINANCIARÁ CANA PARA REDUZIR DESEMPREGO" partia de uma notícia do Jornal do Comércio para desmontar a lógica de um suposto programa de auxílio.

O texto noticiava que o governo estadual criaria frentes de trabalho, pagando dois cruzeiros por dia, valor que o próprio jornal da ACR destacava ser inferior ao pago semanalmente pelas usinas. É nesse ponto que o Grito no Nordeste deixa de ser um eco e se torna uma voz própria e crítica: "Lendo esse texto no 'Jornal do Comércio', temos o dever de nos interrogar: o que vale mais, na cultura e na indústria da cana-de-açúcar, os trabalhadores, que por milhares sofrem e morrem, ou os capitais dos grandes proprietários e indústrias?". A pergunta retórica é contundente, pois expõe a hierarquia de valores de um sistema que privilegia o capital em detrimento da vida humana.

A análise culmina em um questionamento teológico que era a marca registrada da ACR: "Será isso o plano de Deus? Nos encontramos em uma sociedade que dá valor primeiro aos homens ou ao dinheiro?". Esse trecho é paradigmático, pois a ACR utiliza um fragmento da imprensa comercial para, por meio de um comentário incisivo, realizar, ao mesmo tempo, uma análise de conjuntura, uma crítica social e uma pregação teológica, todas articuladas em um único discurso dirigido à sua comunidade.

Se a crítica às políticas pontuais do Estado já demonstrava um salto analítico, foi com o texto "A PROPRIEDADE NO NORDESTE BRASILEIRO", publicado em 1973 (Grito, n. 25, p. 6 - 9), que a ACR revelou o desejo de se constituir como uma escola de pensamento crítico para o campo. O artigo, introduzido como uma "reflexão de um dos nossos amigos", que "vai nos ajudar a entender mais os problemas da terra", era, na verdade, uma sofisticada aula de história econômica e sociologia agrária. Seu objetivo declarado era fornecer às bases os instrumentos intelectuais necessários à compreensão das origens históricas da desigualdade, indo muito além da denúncia conjuntural para atacar a raiz do problema.

O texto inicia com uma abordagem quase didática, definindo conceitos: "O fato concreto é que a propriedade existe". Em seguida, avança para estabelecer uma relação causal direta: "Sempre que a forma de distribuição e os métodos e técnicas de utilização da Propriedade não correspondiam as necessidades da sociedade, os desequilíbrios e a miséria foram consequências inevitáveis". Essa introdução prepara o terreno para uma análise materialista histórica aplicada ao caso brasileiro, demonstrando que a miséria não era fruto do acaso ou da incompetência, mas de uma estrutura de propriedade defeituosa desde sua origem.

A contribuição central do texto reside em seu esforço de historicização. Ele responde à pergunta "Como se originou a propriedade fundiária no Brasil?" com um relato detalhado que remonta às Capitanias Hereditárias e ao regime de sesmarias. O artigo explica que a Coroa Portuguesa, com o objetivo único de produzir açúcar para exportação, "dividiu a terra conquistada em cerca de 15 partes e as distribuiu entre homens da nobreza portuguesa". E detalha o mecanismo: "Essas terras eram doadas somente a pessoas que tivessem condições de fazê-las progredir. Se o recebedor de uma dessas parcelas não conseguisse explorá-la economicamente no espaço de três anos, a lei previa sua devolução ao donatário".

Esta explicação era fundamental, pois desnaturalizava o latifúndio, mostrando-o não como uma ordem espontânea, mas como uma criação político-jurídica deliberada, destinada a atender a um projeto econômico extrativista e exportador. Ao fazer isso, a ACR oferecia ao trabalhador rural um argumento histórico segundo o qual a concentração fundiária constituía um crime histórico, e não um direito sagrado de propriedade.

Essa análise conectava o passado colonial ao presente ditatorial de forma incisiva. O texto argumentava que a estrutura fundiária herdada do período colonial, "a sua forma, latifundiária; o seu sistema de trabalho, escravocrata; e o seu produto único, o açúcar", permanecia como o principal entrave ao desenvolvimento social. A conclusão era lógica e radical: "se a propriedade dos meios de produção não tiver uma função compatível com as necessidades da sociedade, haverá uma perturbação cuja solução só será obtida com a transformação de sua forma, de seus métodos e de suas finalidades".

A palavra "transformação" ecoava como um eufemismo para "reforma agrária", mas a fundamentação histórica à qual estava atrelada tornava-a irrefutável. O artigo não solicitava uma concessão do Estado; exigia uma correção histórica. Essa postura corrobora a análise de Pedro Pachêco da Silva, em sua dissertação Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco (2012), na qual ele destaca o caráter "libertador" e pedagógico do movimento, voltado a capacitar os trabalhadores a lerem o mundo para, então, transformá-lo. O texto de 1973 constitui a expressão mais elaborada desse princípio.

A conclusão do artigo não se limitava à crítica; apontava também um caminho concreto, delineando um projeto de sociedade alternativa. Defendia a "formação de uma propriedade média, tipo camponesa", com assistência técnica e creditícia, capaz de produzir alimentos baratos e abundantes para o mercado interno. Esse modelo, argumentava, geraria uma "classe camponesa média" com poder aquisitivo, o que, por sua vez, expandiria o mercado interno e promoveria um "crescimento do Brasil para os brasileiros".

O texto finaliza com uma advertência contra a manutenção do status quo, que significava "aprofundar o abismo entre sua atual estrutura e sua função social, precipitando, inevitavelmente, o Brasil em uma falsa política de exportação, que é, em suma, uma forma velada de neocolonialismo". Essa visão articulada demonstra que a ACR não era um movimento reativo de denúncia, mas um coletivo com um projeto político-econômico bem definido, que conciliava a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores com uma visão estratégica de desenvolvimento nacional e soberano, oposta ao modelo agroexportador do regime militar.

Portanto, no triênio 1971-1973, o Grito no Nordeste solidificou sua função de intérprete crítico da realidade, operando em três frentes interligadas. Atuou como monitor do Estado, ao traduzir e divulgar discussões parlamentares favoráveis à reforma agrária; como crítico do desenvolvimentismo, ao desmontar a lógica excludente das políticas econômicas oficiais a partir de um questionamento ético e teológico; e, por fim, como educador histórico, ao fornecer uma análise estrutural que remontava às origens coloniais do latifúndio, munindo a comunidade rural de um profundo entendimento histórico para suas lutas presentes. Essa atuação alcançava uma base de cerca de 10 mil assinantes em todo o país, consolidando o periódico como um dos principais veículos de comunicação alternativa do campo nordestino (Catálogo NUDOC, 2025, p. 9).

Este arcabouço analítico, que conectava a opressão cotidiana do trabalhador a estruturas de poder seculares, preparou o terreno para a fase seguinte do movimento, na qual se aprofundaria na formação explícita de uma consciência política libertadora, ancorada na fé e na teologia.

A formação da consciência política: fé, teologia e ação (1974-1978)

Após estabelecer as bases de uma crítica estrutural às desigualdades agrárias e ao desenvolvimentismo excludente, a ACR direcionou seus esforços para a tarefa que daria sustentação de longo prazo a toda a sua atuação, a formação explícita de uma consciência política libertadora no homem do campo. Se, entre 1971 e 1973, o Grito no Nordeste se dedicou a desvendar os mecanismos do poder, no período de 1974 a 1978 seu foco deslocou-se para a construção do próprio sujeito desse poder, para o trabalhador rural organizado e consciente de seu papel histórico.

Esta seção demonstra como a ACR buscou forjar uma nova identidade política para o camponês, ancorando-a não em ideologias seculares, mas em uma profunda reinterpretação da fé católica, cada vez mais sintonizada com a Teologia da Libertação, que ganhava força na América Latina. O jornal deixava de ser apenas um intérprete da realidade para se tornar um "catecismo político", um manual de militância que ensinava como transformar a crença em Deus em instrumento de libertação coletiva.

O marco inicial deste projeto pedagógico aparece na edição de 1974 (Grito, n. 34, p. 3 - 4), cuja seção principal ostentava o título programático "FÉ DO HOMEM RURAL E A CONSCIÊNCIA POLÍTICA NO NORDESTE". O texto inicia com um diagnóstico da alienação política que predominava no campo, listando as percepções distorcidas que precisavam ser combatidas. Havia aqueles que acreditavam que a política era "inventada pelo Diabo", os que a reduziam a um privilégio dos ricos, "para quem tem dinheiro", e os que a viam como mera troca de favores, "para dar coisas aos eleitores".

Diante desse quadro, a ACR não propunha um retorno à política tradicional, mas uma revolução conceitual. Apresentava uma definição alternativa e sacralizada, afirmando que a política verdadeira é, em sua essência, "o poder organizado para fazer o bem de todos, principalmente dos mais necessitados". E concluía, de maneira definitiva, que "Deus deixou para ser assim". Ao sacralizar o ato político e transformá-lo em imperativo de fé, a ACR operava uma síntese prática entre religião e política, na linha das reflexões sobre a mobilização das crenças religiosas para fins de ação coletiva. Essa operação discursiva era fundamental, pois resgatava a política do plano da corrupção e a reinseria no domínio da moral e da fé, transformando-a de uma atividade suspeita em um imperativo divino.

Esse projeto de ressignificação da política e de formação de uma nova consciência não se limitava à esfera da militância masculina ou aos espaços formais de poder. Como demonstra a monografia de Thawanny Costa (2024), "Amanhã será melhor": cotidiano feminino nas páginas do Jornal Grito no Nordeste (1967–1990), o jornal dedicava atenção significativa à vida das mulheres do campo, promovendo reflexões que as posicionavam como sujeitos ativos tanto na esfera doméstica quanto na luta social mais ampla. Dessa forma, o projeto pedagógico da ACR atuava em múltiplas frentes, buscando forjar uma

identidade coletiva libertadora que também passava por uma reavaliação dos papéis de gênero no mundo rural.

Para além da ressignificação, o texto assumia um tom de denúncia ao expor o mecanismo oligárquico que perpetuava o poder local, denominado "a 'muamba' dos maus políticos". O jornal descrevia um sistema em que "a escolha dos candidatos não é feita pelo povo", mas imposta por chefes políticos que os tratavam como "uma herança de pai para filho". Esses candidatos, sem preparo e visando apenas "posição e prestígio", agiam como "donos do povo", esmagando adversários e "cometendo verdadeiro crime contra a pessoa humana, que é imagem e semelhança de Deus".

Essa crítica servia a um duplo propósito, de um lado deslegitimar a classe política vigente e, ao mesmo tempo, do outro lado, educar o leitor para identificar os vícios do sistema. A conclusão configurava-se como um chamado à ação, fundamentado na Doutrina Social da Igreja. Citando o Documento de Medellín, a ACR convocava o camponês a participar da política com "liberdade e responsabilidade, 'como um dever de consciência e como o exercício da caridade em seu sentido mais nobre e eficaz para a vida da comunidade'". Dessa forma, a participação política deixava de ser uma opção e passava a ser um ato de fé, a forma mais elevada de caridade cristã.

Esse projeto de conscientização encontrou em 1978 uma de suas formulações mais elaboradas, com o texto "A Política de Deus", provavelmente de autoria do padre Joseph Servat, que utilizava a narrativa bíblica de Moisés para investir em uma pedagogia da militância (Grito, n. 48, p 5 - 6). O artigo começa com a constatação de que muitos esperam um milagre divino que resolva seus problemas, um desejo por uma solução rápida e sem esforço. No entanto, o texto adverte que "Jesus nos disse que Ele é o CAMINHO, mas nós é que temos de caminhar".

Essa ideia de que a libertação é um processo, uma "caminhada" que exige ação humana, constitui o eixo central da Teologia da Libertação, corrente teológica que ganhou força na América Latina a partir do final dos anos 1960, propondo uma leitura do Evangelho a partir da perspectiva dos pobres e concebendo a fé como indissociável do compromisso com a transformação social, e era traduzida pela ACR de forma concreta para sua base. A história de Moisés é, então, apresentada como um exemplo rico em ensinamentos. Seu primeiro impulso, de matar o opressor egípcio sozinho, é retratado como um erro, uma tentativa de "resolver as coisas logo e sozinho", que só o levou ao fracasso e à fuga.

A lição que a ACR extraía da trajetória desse personagem era a de que a luta eficaz exige paciência histórica e organização coletiva. Moisés, em seu exílio, "foi vendo os seus erros" e descobriu "que a caminhada tinha de ser mais difícil e bem mais demorada. Viu que não bastava querer resolver sozinho, no lugar dos outros. Era preciso ter paciência, ir unindo o povo, aguentar as dificuldades".

Essa passagem constituía uma mensagem crucial para a ACR e para os trabalhadores rurais organizados que ela mobilizava, ambos confrontados com um Estado autoritário e uma estrutura fundiária extremamente opressora. Ela ensinava que a mudança social não seria imediata, que haveria recuos e que a união do grupo era o bem mais precioso. O texto prossegue afirmando que "os poderosos não gostam de ceder por bem. É preciso lutar muito", e finaliza com a lição central: "para conquistar os nossos direitos, como Deus quer, é preciso seguir o caminho de Jesus, ter os olhos bem abertos, ter coragem, lutar muito e ficar unido com os outros, como se fosse um rebanho só".

"A Política de Deus", portanto, constituía um discurso ao mesmo tempo espiritual e estratégico, que fornecia ao trabalhador rural não apenas a motivação da fé, mas também um método de luta baseado na paciência, na coragem e na união. A sintonia desse discurso com a vanguarda da Igreja latino-americana era explícita. Na mesma edição de 1978, uma breve nota informava sobre a preparação da Conferência de Puebla, situando a ACR no campo mais amplo da chamada Igreja dos Oprimidos. Ao anunciar o evento que redefiniria os rumos do catolicismo no continente, o Grito no Nordeste situava seu próprio projeto como parte de um movimento eclesial legítimo e de grande envergadura.

Realizada no México, em 1979, a Conferência de Puebla foi convocada para avaliar e reafirmar os caminhos abertos por Medellín. Seu documento final, embora marcado por tensões entre setores conservadores e a ala progressista, reafirmou a "opção preferencial pelos pobres" e destacou o papel das CEBs, pequenos grupos de fiéis que se reuniam para ler a Bíblia à luz de sua realidade social, constituindo um dos principais pilares da atuação pastoral progressista no continente, como agentes de evangelização e transformação social. Ao situar-se nesse debate, a ACR demonstrava que seu projeto de formação política no campo nordestino era um desdobramento concreto e combativo daquela orientação oficial da Igreja latino-americana.

Dessa forma, no período de 1974 a 1978, a ACR completou um ciclo fundamental de sua atuação. Se antes seu foco estava em ensinar a crítica às estruturas de poder e a atuação sobre o Estado e a economia, agora se dedicava a constituir a identidade do próprio sujeito político que deveria emergir dessa formação. Esse deslocamento do "o quê" e do "onde" para o "quem" representou o aprofundamento de seu projeto pedagógico.

Esse processo afastava-se de leituras que viam a fé apenas como "ópio" alienante, aproximando-se, antes, da compreensão de Michael Löwy, em Marxismo e religião: ópio do povo? (2006, p. 299), para quem a religião pode funcionar como uma "linguagem" e uma "força social" de protesto e esperança para os oprimidos. Essa perspectiva é aprofundada em sua obra posterior, O que é Cristianismo da Libertação? (2016), na qual explora como a fé pode se tornar um motor para a transformação social. Gestava-se, assim, a figura do camponês

cristão e consciente, cuja fé não era ópio, mas o combustível moral e intelectual para a ação coletiva e transformadora.

A construção dessa consciência política, forjada na intersecção entre a Bíblia e a realidade concreta do Nordeste, preparou o terreno para os embates mais agudos do final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando a violência da abertura política e as esperanças da redemocratização colocariam à prova toda a resistência e a clareza analítica construídas pelo movimento.

Denúncia e resistência: violência de Estado e os limites da abertura (1979)

Se as seções anteriores demonstraram como a ACR construiu, entre 1970 e 1978, um projeto sustentado de educação política e formação de consciência, o ano de 1979 inaugura uma fase distinta na trajetória do movimento. No contexto da lenta e controlada abertura política do regime militar, conhecida como distensão, o Grito no Nordeste aprofundou sua crítica, posicionando-se na linha de frente da denúncia da violência de Estado e da desmontagem do discurso desenvolvimentista que encobria as raízes da desigualdade.

Esta seção analisa como o periódico, já consolidado como um centro de análise estrutural, concentrou suas energias em duas frentes específicas, primeiramente a narração crua da repressão no campo e, em seguida, a interpretação crítica dos primeiros passos da transição política, revelando as limitações e contradições do processo a partir da perspectiva dos trabalhadores rurais. A mudança em direção a uma postura de denúncia mais direta é perceptível já nas primeiras páginas da edição.

O jornal já não atua apenas como um curador de informações ou um intérprete de estruturas de poder, mas assume plenamente seu papel de porta-voz dos oprimidos, narrando, com detalhes contundentes, a brutalidade do conflito agrário. A edição de 1979 (Grito, n. 49, p. 7) dedica espaço central ao assassinato de dois trabalhadores rurais no Engenho Boa Fé, em Buenos Aires (PE).

A descrição da execução dos camponeses não tem por objetivo apenas informar; busca produzir indignação e solidariedade ao expor a violência de Estado. A observação final de que poucos trabalhadores locais compareceram ao protesto, revelando a "relativa fraqueza" do movimento, constitui um raro e valioso momento de autocrítica. Esse relato encontra eco nos estudos de Maria do Socorro de Abreu e Lima, em seu artigo A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985 (2018), que analisa os desafios de mobilização e organização sindical rural naquele contexto de abertura política, marcado tanto pela expectativa quanto pela persistente repressão.

Contudo, é na análise intitulada "Futuros governadores se encontram em Fortaleza..." que a ACR demonstra sua capacidade de decifrar os jogos de

poder dessa nova fase da República que se anunciava. O texto parte de uma reunião de governadores que, alarmados com um "relatório secreto" da SUDENE, pleiteavam mais recursos federais para o Nordeste, argumentando que a miséria regional poderia gerar "graves tensões sociais". Apropriando-se desse discurso das elites, o Grito no Nordeste desenvolve uma análise crítica articulada em dois movimentos.

Primeiro, universaliza a miséria. O jornal rebate a ideia conveniente dos "bolsões de miséria" nordestinos com uma profusão de dados sobre a pobreza em São Paulo, concluindo de maneira categórica que "a miséria do povo é mais ampla e não se limita a uma ou outra região. Ela é fruto de um processo de desenvolvimento que tem concentrado a riqueza na mão de poucos e espalhado a miséria para todo canto". Trata-se de uma crítica direta ao chamado "Milagre Econômico", ao desmascarar seu caráter profundamente excludente.

Em um segundo movimento, o Grito no Nordeste desvela a historicidade cíclica desse discurso político. O jornal argumenta que a miséria sempre foi mobilizada pelas elites nordestinas como recurso retórico para captar verbas federais, posteriormente apropriadas de forma desigual. "O Nordeste recebeu quantidades enormes de recursos. No entanto, os ricos tornaram-se mais ricos e a maioria da população continuou na pobreza".

Ao citar a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o DNOCS, do Instituto do Açúcar e do Álcool, o IAA, e da própria SUDENE como parte desse ciclo, a ACR elaborava uma crítica à captura do Estado por grupos de interesse, denunciando que políticas públicas destinadas a mitigar a desigualdade eram frequentemente apropriadas como mecanismos de sua reprodução. Essa análise revela um ceticismo significativo em relação à transição política em curso, ao indicar que a simples substituição de agentes no poder não implicaria, necessariamente, a transformação das estruturas econômicas e sociais.

Portanto, em 1979, o Grito no Nordeste consolidou-se como uma instância de consciência crítica no campo, naquele momento de inflexão histórica. Seu projeto intelectual e pastoral mostrou-se mais necessário do que nunca, oferecendo não apenas um registro da violência, mas, sobretudo, chaves interpretativas para compreender a natureza do poder que a produzia. A capacidade de articular a denúncia local da violência policial com uma análise nacional do desenvolvimento excludente e das limitações da transição política preparou o movimento para o contexto ainda mais complexo das eleições diretas para governador, em 1982, quando sua atuação se tornaria central na interpretação dos novos arranjos de poder e na inserção da luta popular no campo político institucional reaberto.

A síntese analítica: a crítica da transição e o olhar internacional (1982)

O ano de 1982 marcou um momento de síntese na trajetória analítica da ACR. Em um contexto de eleições diretas para governador, o pleito mais relevante desde 1965, o Grito no Nordeste demonstrou a consolidação de sua análise política, construído ao longo de quase duas décadas de atuação. A edição de número 64 sintetiza as principais funções do periódico, levadas a um grau significativo de articulação entre o local e o global (Grito, n. 64, p. 8).

Nela, a ACR não apenas comenta a conjuntura política brasileira de forma articulada, mas também projeta o olhar do trabalhador rural para o cenário internacional, conectando a luta local pela terra aos grandes conflitos ideológicos globais. Esta seção analisa como o jornal atuou como um decifrador da frágil transição democrática brasileira e, ao mesmo tempo, como um pedagogo da solidariedade internacional, inserindo o camponês nordestino em uma comunidade imaginada de oprimidos em luta ao redor do mundo.

O texto principal, "AS ELEIÇÕES VÊM AÍ", oferece uma análise política detida sobre a conjuntura. Nele, a ACR decifra, para seus leitores, a principal manobra partidária do período, a incorporação do Partido Popular (PP) ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A linguagem é direta e didática, e a análise revela as estratégias de recomposição das forças políticas em jogo. O jornal explica que, após a reforma partidária, "os políticos mais autênticos ficaram no PMDB e os donos de bancos, terras e indústrias ficaram no PP". E explicita a lógica por trás da fusão: "Com o pacote de novembro (ver Grito 63), eles se viram ameaçados de perder as eleições para o partido do governo, então resolveram responder juntando as suas forças".

Essa não era uma descrição neutra, mas uma denúncia da natureza de classe da chamada oposição. A ACR identificava, com antecedência, a gênese de arranjos políticos que, posteriormente, seriam interpretados como formas de conciliação entre elites e de reconfiguração de estruturas de poder sob uma nova roupagem democrática.

A clareza dessa análise, que identificava a recomposição das forças das elites no interior da oposição, antecipava os conflitos que marcariam o final da década de 1980 no campo. Como demonstra a pesquisa de Hugo Oliveira, em Ação Católica Rural (ACR) e União Democrática Ruralista (UDR) (2024), a cisão político-ideológica que o Grito no Nordeste ajudava a mapear e explicar para suas bases desembocaria, em pouco tempo, no embate entre o projeto de organização e libertação apoiado pela ACR e a ofensiva dos grandes proprietários de terra, materializada na criação e atuação da União Democrática Ruralista (UDR).

A crítica, porém, não se dirige apenas aos partidos, mas também ao processo político em si. O tom é de ceticismo em relação à democracia que se anunciava. O jornal questiona a falta de participação popular nas decisões de cúpula, perguntando de forma retórica e incisiva: "Será que o povo participou ativamente com sua opinião na incorporação do PP ao PMDB? Será que os

trabalhadores estão tendo a chance de indicar seus representantes para candidatos da oposição nas eleições de novembro?".

Essas interrogações refletem os impasses concretos da transição, que incluíam a convivência entre a abertura política e a persistência de práticas coronelistas, além da dificuldade de traduzir a força dos movimentos sociais em representação partidária efetiva. O fechamento do texto é um chamado à ação que sintetiza a missão pedagógica da ACR, ao convocar os "cristãos comprometidos na libertação do meio rural" a não cruzarem os braços, mas a utilizarem essas interrogações como base para a reflexão contínua em suas comunidades.

A dimensão internacional dessa última página merece atenção específica. A ACR não considerava suficiente analisar o jogo político brasileiro; era preciso situá-lo em um contexto global de lutas. A seção "Mortes em El Salvador" é um relato que estabelece uma conexão direta entre a violência no campo nordestino e o genocídio em El Salvador.

O texto descreve os "quarenta mil" mortos, "a maioria pobres camponeses, mulheres, velhos e crianças", e destaca o assassinato do "bispo de El Salvador, Dom Oscar Romero, dezenas de padres e freiras", explicitando, assim, um martirológio comum à chamada Igreja dos Oprimidos nas Américas, sendo inclusive a primeira fotografia que aparece desde a primeira edição. Ao afirmar que "como trabalhadores brasileiros, só podemos estar solidários", a ACR construía uma ponte de identidade e sofrimento entre o camponês nordestino e o de El Salvador, ensinando que sua luta não era isolada, mas parte de um conflito continental contra "grandes proprietários e empresas internacionais".

A seção "GOLPE NA POLÔNIA" aproximou a realidade do trabalhador rural brasileiro de um evento distante, que foi a repressão ao movimento sindical Solidariedade. A análise da ACR explica que o movimento surgiu porque "os trabalhadores não aceitaram mais os sindicatos do governo" e que seu principal enfrentamento decorreu da tentativa de "mudar a estrutura do Estado". A conclusão explicita a conexão proposta: "Para nós, brasileiros e cristãos, é muito importante a luta de nossos irmãos poloneses, pois é a mesma batalha que travamos na caminhada rumo à nossa libertação".

Essa equiparação entre a luta contra a ditadura militar no Brasil e a luta contra o regime autoritário de inspiração soviética na Polônia era uma demonstração de que, para a ACR, o eixo fundamental da história não era Leste-Oeste, mas sim opressores versus oprimidos. A "mesma batalha" referia-se à autonomia dos trabalhadores, à liberdade e à construção de um Estado representativo de seus interesses.

Portanto, essa última página analisada do Grito no Nordeste sintetiza um projeto que se consolidou ao longo de mais de uma década. A ACR consolidou-se como uma voz que não apenas acompanhava os acontecimentos, mas os interpretava a partir de uma lente teológico-política específica,

articulando o local e o global, o político e o religioso, a disputa eleitoral e os conflitos sociais mais amplos.

Ao fazer isso, ela cumpriu, até o fim, seu papel de ferramenta de formação política e conscientização, fornecendo ao homem do campo não apenas informações, mas um mapa compreensível e moral para navegar um mundo complexo e em transformação, armando-o com a consciência de que sua luta por terra, dignidade e democracia no Nordeste brasileiro era um capítulo de uma história muito maior, a da eterna caminhada dos oprimidos em busca de sua libertação, entendida aqui não apenas como consciência política, mas como a superação coletiva das estruturas de opressão que atravessavam a vida no campo.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar como a Ação Católica Rural (ACR), por meio de seu jornal Grito no Nordeste, construiu, entre 1970 e 1982, um projeto de interpretação da realidade e formação política para o trabalhador rural. A análise percorreu uma trajetória que partiu da educação para o voto consciente, passou pela crítica econômica e estrutural ao latifúndio e ao desenvolvimentismo, aprofundou-se na formação explícita de uma consciência política fundada na fé, chegando à análise da transição democrática e na articulação de uma solidariedade internacional.

O Grito no Nordeste foi, para além de um veículo de comunicação; pode ser compreendido, nos termos de Certeau, como uma tática cotidiana de resistência. Atuando como uma agência de notícias alternativa, o periódico selecionava, hierarquizava e enquadrava os fatos, traduzindo a complexidade do nacional e do global através de uma lente teológico-política que os tornava inteligíveis e acessíveis para sua base. Essa prática, inserida no contexto mais amplo da imprensa de oposição e da Igreja progressista nordestina, foi fundamental para forjar a identidade do camponês cristão e consciente, um sujeito político cuja fé não o alienava, mas o mobilizava para a ação coletiva e transformadora.

Dessa forma, a ACR atuou como agente ativo na construção de uma cultura política específica no campo. Seguindo a conceituação proposta por Motta, forjou um conjunto de atitudes, crenças e valores que orientavam a conduta política dos trabalhadores rurais em direção à resistência e à libertação, consolidando, assim, uma identidade coletiva baseada na leitura crítica da realidade e na ação transformadora.

Este caso evidencia, portanto, uma forma singular de História Pública em ação. A ACR não aguardou a redemocratização para interpretar o passado e o presente; fê-lo em tempo real, disputando publicamente os sentidos da história

e da política e fornecendo aos trabalhadores rurais instrumentos intelectuais e morais para compreenderem seu lugar no mundo.

A capacidade analítica demonstrada em 1982, ao decifrar os arranjos partidários dessa nova etapa da República e de conectar a luta pela terra no Nordeste aos conflitos na América Central e no Leste Europeu, é o testemunho desse projeto pedagógico. A atuação da ACR, assim, deixa um legado que ultrapassa o período estudado, ecoando nas lutas e organizações que continuam a desafiar, nos anos seguintes, as estruturas de poder no campo brasileiro.

Por fim, o percurso analisado, da "advertência" eleitoral de 1970 ao olhar internacionalista de 1982, revela a ACR como um movimento em constante aprendizado e reelaboração de sua prática. Mais do que registrar eventos, o movimento os interpretava ativamente, construindo uma narrativa de libertação que conferia sentido à luta cotidiana. Estudar o Grito no Nordeste é recuperar uma voz até recentemente perdida, (re)encontrada e, pelo esforço de preservação e divulgação do NUDOC, se torna urgente e necessária à compreensão não apenas da história nordestina camponesa, mas também das complexas e criativas formas de se fazer política e história na sombra de uma ditadura.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (NUDOC/UFPE). Jornal Grito no Nordeste: Fundo Ação Católica Rural. **Catálogo do Acervo do Nudoc**, n. 3. Recife: UFPE, 2025. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1oZjnyWyVctGhIjbuJJV15Gyep3MB1P9P. Acesso em: 4 jun. 2025.

GRITO NO NORDESTE. Ano IV, n. 15. Recife: **Ação Católica Rural**, 1970.

GRITO NO NORDESTE. Ano V, n. 18. Recife: **Ação Católica Rural**, 1971.

GRITO NO NORDESTE. Ano VII, n. 25. Recife: **Ação Católica Rural**, 1973.

GRITO NO NORDESTE. Ano VIII, n. 34. Recife: **Ação Católica Rural**, 1974.

GRITO NO NORDESTE. Ano XII, n. 48. Recife: **Ação Católica Rural**, 1978.

GRITO NO NORDESTE. Ano XIII, n. 49. Recife: **Ação Católica Rural**, 1979.

GRITO NO NORDESTE. Ano XVI, n. 64. Recife: **Ação Católica Rural**, 1982.

Demais obras

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985. **Revista Crítica Histórica**, [S. l.], v. 9, n. 18, pp. 89–118, 2019.

BARROS, José d'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: do Concílio Vaticano II à Conferência de Medellín (1962-1968)**. São Paulo: Paulinas, 1994.

BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

IGREJA CATÓLICA. Pontifício Conselho Justiça e Paz. **Compêndio da doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005. Disponível em:

https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html. Acesso em: 10 out. 2023.

COSTA, Thawanny Victória Santos. **"Amanhã será melhor"**: cotidiano feminino nas páginas do Jornal Grito no Nordeste (1967-1990). 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 331-363.

FRANÇA, Felipe de Lima. **"Os começos esperançosos, de 1965-1969"**: a mediação da Ação Católica Rural entre os direitos humanos e divinos por meio do jornal Grito no Nordeste. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

LÖWY, Michael. Marxismo e religião: ópio do povo? In: BORON, Atílio.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (Orgs.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006, pp. 298 - 315.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação?** Religião e política na América Latina. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto , 2005. p. 111-153.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989.
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "O conceito de cultura política". X Encontro Regional da ANPUH/MG, 1996. **Anais [...]**, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "A estratégia de acomodação na ditadura militar brasileira e a influência da cultura política". **Revista Digital de la Escuela de Historia**, Rosário, v. 8, n. 17, pp. 9-25, 2016.

OLIVEIRA, Hugo José C. V. de. Ação Católica Rural (ACR) E União Democrática Ruralista (UDR): estratégias divergentes de ação político-ideológica e embates pela terra (1985-1988). XV Encontro Estadual de História da ANPUH-PE: "Excluídos na História: ensino, pesquisa e cidadania", Garanhuns, 2024. **Anais [...]**, 2024.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Pedro Henrique Pacheco da. **Ação Católica Rura**l: um compromisso libertador em Pernambuco. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Severino V. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: Os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife. 2. ed. Recife: Editora UFPE, 2014.

SOUZA, Maria Gabriela Vieira de. **Fermento da massa**: formação da militância da Ação Católica Rural nos primeiros anos de fundação (1965-1968). 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

Felipe de Lima França
Mestrando nos Programas de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) e em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPCIR/UFJF), bolsista CAPES (2025) e FAPEMIG (2026). Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
E-mail: felipelfrancca@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0896615332529618
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-7746-2158